

Dívida: o mundo ainda em tensão.

A crise da dívida é um problema de longo prazo e talvez ainda não tenhamos observado o seu clímax, afirma um estudo de 130 páginas, divulgado ontem, do Overseas Development Council, uma organização privada presidida por Robert McNamara, ex-presidente do Banco Mundial.

Mas, segundo seus autores, embora haja muito por fazer, a crise foi atenuada nos últimos meses e as tensões entre credores e devedores podem diminuir através de negociações do tipo que o México realizou recentemente com os bancos privados.

O título do estudo é: "Futuro Incerto: os Bancos Comerciais e o Terceiro Mundo". Um dos seus editores, o economista Richard E. Feinberg (ex-membro do Grupo de Planejamento Político do Departamento de Estado e atual vice-presidente do Overseas Development Council) diz que os bancos conseguiram atravessar a crise com considerável habilidade. As taxas de reescalonamento e os maiores spreads que cobraram dos países em desenvolvimento ajudaram os bancos a enfrentarem 1982 e 1983 ao mesmo tempo em que aumentavam sua receitas.

Mas a crise aparentemente deixou marcas permanentes nos bancos. Seus empréstimos ao Terceiro Mundo, diz Feinberg, devem crescer em ritmo muito modesto, talvez 5 a 7% ao ano em termos nominais, o que significa praticamente zero uma vez descontada a inflação. Os bancos, acrescentou, fugirão dos grandes empréstimos para que os países compensem desequilíbrios de balanço de pagamentos para dedicar-se mais às atividades tradicionais de financiamento do comércio e de projetos cuja rentabilidade pareça assegurada.

Perda de recursos

A combinação dessa retração dos bancos com as altas taxas de juros transformou os maiores devedores em exportadores líquidos de capital, realça o estudo. Em 1983, afirma, a América Latina devia cerca de 22 bilhões de dólares de juros sobre a dívida aos bancos comerciais, e recebeu apenas cerca de sete bilhões de dólares em novos empréstimos líquidos dos bancos. O resultado foi um hiato no fluxo financeiro de 15 bilhões de dólares.

"Se as taxas de juros nominais permanecerem elevadas e novos empréstimos bancários continuarem escassos, esse fluxo líquido de capital (da América Latina para fora) pode aumentar gradualmente nos próximos anos", declara o economista. Para Feinberg, há pouca possibilidade de que esse fluxo se revérta a favor da América Latina e, a menos que o hiato diminua, "os governos devedores só podem tornar-se crescentemente indignados".

Na sua apresentação e refletindo opiniões expressas por outros participantes no trabalho, Feinberg diz que "as origens da atual crise em parte residem em políticas macroeconômicas desordenadas dos Estados Unidos, com seus déficits orçamentários maciços e conseqüentes altas taxas de juros". Talvez Feinberg tenha em mente, quando fala em altas taxas de juros, o governo Carter, de que participou. De qualquer maneira, os autores consideram indispensável que se reduza o déficit fiscal norte-americano, não só por causa de seus efeitos sobre a economia doméstica como pelas suas repercussões externas. "Hoje, política fiscal é também política externa", afirma o texto.

O livro contém artigos de Lawrence J. Brainard, vice-presidente senior do Bankers Trust, George J. Clark, vice-presidente-executivo do Citibank, Christine A. Bogdanowicz-Bindert, vice-presidente-senior de Shearson Lehman-American Express, Paul Sachs, sócio da multinacional Strategies Inc., Benjamin Cohen, professor da Escola Fletcher da Universidade Tufts, Karin Lisakers e Catherine Gwin, ex-membros do Carnegie Endowment for International Peace.

(A.M.P.N.)